

**MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO E
PRODUÇÃO DO ESPAÇO: O COMPLEXO INDUSTRIAL
E PORTUÁRIO DO PECÉM NA REGIÃO
METROPOLITANA DE FORTALEZA**

**WORKFORCE MOBILITY AND SPACE PRODUCTION:
INDUSTRIAL AND PORT COMPLEX OF PECÉM IN
THE METROPOLITAN REGION OF FORTALEZA**

Glauciana Alves Teles¹
glauciana@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender a produção do espaço metropolitano cearense no contexto da reestruturação produtiva, tendo como norte de análise a mobilidade da força de trabalho. Como objeto de estudo, elegeu-se o Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, localizado na porção oeste da Região Metropolitana de Fortaleza, em um período mais recente de sua implantação. Para consecução desta pesquisa, mais especificamente, para este artigo, utilizou-se uma base de dados secundários tendo como principal fonte os dados do Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará – IPECE e dados cedidos pelas empresas pesquisadas. Além disso, contou-se, também, com as informações obtidas nos trabalhos de campo (visitas às empresas, alojamentos de trabalhadores, instalações portuárias, dentre outros) que foram fundamentais para esta análise, considerando que o conhecimento empírico e sua apreensão de forma sistematizada contribuíram significativamente para a compreensão dos fenômenos em curso.

PALAVRAS CHAVE: Mobilidade da força de trabalho; Complexo Industrial e Portuário do Pecém; Indústria; Região Metropolitana de Fortaleza.

ABSTRACT

This article aims to understand the production of metropolitan space of Ceará in the context of productive restructuring having as north of analysis the mobility of the workforce. As object of

¹ Doutoranda em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROPGEO da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade atuando no grupo de pesquisa: “Metropolização, Mobilidades e Redes: perspectivas sobre a produção do espaço”, registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, tendo coordenadora e orientadora da pesquisa a Prof^a Dr^a Zenilde Baima Amora também do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PROPGEO/UECE.

study, it chose the Industrial and Port Complex of Pecém - CIPP, located in the western portion of the metropolitan area of Fortaleza, in a more recent period of its implementation. In achieving this research, more specifically, this article used a secondary database with the primary source information on the Institute for Research and Economic Strategy of Ceará - IPECE and data provided by the companies surveyed. In addition, we also count on the information obtained during field work (visits to companies, workers' housing, port facilities, among others) that were fundamental to our analysis given that empirical knowledge and his apprehension in a systematic way contributed significantly to understand the current phenomena.

KEYWORDS: Mobility of the workforce; Industrial and Port Complex of Pecém; Industry; Metropolitan Region of Fortaleza.

INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva em curso no Brasil provoca mudanças significativas na organização do trabalho. Os desdobramentos do fordismo e sua transição para a acumulação flexível atingiram as economias periféricas, de modo mais intenso, na década de 1990 e provocam um conjunto de modificações no âmbito do trabalho, sendo umas das características mais evidentes a mobilidade da força de trabalho.

No atual momento de acumulação capitalista, em sua vertente globalizante, a divisão territorial do trabalho assume feições cada vez mais complexas em que a subsunção do trabalho ao capital é uma de suas características marcantes. O trabalhador torna-se cada vez mais móvel na medida em que a mobilidade dos capitais sobre o globo se intensificam e assim tende a acompanhar essa dinâmica, o que nos desafia a compreender esse fenômeno, desde a escala local à internacional no contexto da globalização econômica.

O Estado do Ceará conheceu, nos últimos 30 anos, mudanças substanciais no que se refere à sua organização econômica, provocadas pela expansão das atividades industriais e dos serviços modernos, propiciados, sobretudo, por investimentos públicos e privados em setores produtivos. Com efeito, se insere o Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP como parte de uma política de atração industrial, iniciada na década de 1960, que a pouco a pouco se materializa no espaço metropolitano cearense com a intensificação dos fluxos de capital e da força de trabalho. Este fato concorre para dinamizar outros setores da economia, como o comércio e os serviços, o que nos levou a indagar sobre o papel do CIPP na indução e configuração da mobilidade do trabalho na

RMF, as formas de trabalho a ele associadas, bem como a produção do espaço metropolitano.

Este artigo está associado à nossa pesquisa de doutorado, em andamento, e teve como objetivo compreender a produção do espaço metropolitano cearense em um contexto de reestruturação produtiva, enfocando a mobilidade da força de trabalho, com origem na construção e funcionamento do CIPP. Desse modo, trataremos mais especificamente dos fluxos de mão e origem de mão de obra, como componentes da metropolização em curso. Empregamos uma base de dados secundários tendo como principal fonte o Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará – IPECE; da Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará - ADECE e informações cedidas pelas empresas pesquisadas. Além disso, utilizamos também dados obtidos por meio de trabalhos de campo realizados em 2012 e 2014 (visitas às empresas, aos alojamentos de trabalhadores, às instalações portuárias, dentre outras) que foram fundamentais para nossa análise, considerando que o conhecimento empírico e sua apreensão de forma sistematizada contribuíram significativamente para o entendimento dos fenômenos em curso.

Organizamos o texto com Introdução, dois tópicos e as considerações finais. Na “Introdução” expomos os problemas, objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa. No tópico - “A reestruturação produtiva e a mobilidade do trabalho: breve discussão teórica”- efetuamos ligeiro deleite, acerca da reestruturação produtiva, as mudanças no mundo do trabalho em escala internacional e nacional e algumas considerações teóricas sobre a mobilidade da força de trabalho que subsidiaram a pesquisa. Em seguida, no tópico -“O Complexo Industrial e Portuário do Pecém e a mobilidade do trabalho: novos conteúdos da metropolização na porção oeste da RMF”-, apontamos alguns resultados e, como remate, as considerações finais, seguidas das referências bibliográficas.

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A MOBILIDADE DO TRABALHO: BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA

A crise experimentada pelo capital, nos anos 1970, teve como expressão estrutural marcante a expansão do neoliberalismo e a emergência da reestruturação

produtiva, que condicionaram um novo período, conhecido como acumulação flexível, com repercussões no mundo do trabalho (ANTUNES, 2009). O neoliberalismo, ancorado em um sistema político marcado pela menor participação do Estado nas decisões, tem, em sua essência, a disposição de conceder às empresas liberdade acentuada para atuar nas decisões políticas com repercussões em distintas escalas. Como leciona Antunes (2009), a reestruturação produtiva abre leque para se entender as forças atuantes na fase de acumulação vigente relacionadas à produção e à força de trabalho, uma vez que as forças produtivas passaram por mudanças estruturais visando a uma acumulação maior e buscando superar a crise alcançada, bem como os problemas decorrentes do período anterior.

A reestruturação produtiva, relacionada intimamente à reestruturação do capital, provoca extenso conjunto de modificações no âmbito do trabalho e isso remete a profundas alterações no espaço. No Brasil, os primeiros impulsos da reestruturação produtiva se manifestaram nos fins da década de 1980, quando acontecimentos políticos, econômicos e sociais, em escala global, passam a influenciar o País. Na década de 1990, esse processo foi intensificado e se efetiva paulatinamente por meio de expressões diferenciadas no espaço, configurando uma realidade que consoante Antunes (2011), “comporta tanto elementos de continuidade como de descontinuidade em relação aos momentos anteriores”. (P.126). A reestruturação produtiva carrega consigo elementos característicos do fordismo, que entram com força no Brasil nos anos 1940, no início da industrialização brasileira e, ao mesmo tempo, mesclam-se com elementos das novas formas de trabalho assentadas na acumulação flexível no âmbito do toyotismo que passaram a penetrar no País nos fins da década de 1980 e evidenciam-se na década seguinte. (Harvey, 1992; Druck, 1999; Meszaros, 2011; Alves, 2011).

Compreender as mudanças, no mundo do trabalho, no âmbito da reestruturação produtiva, nos remete a Thomaz Junior (2004) ao assinalar “[...] a necessidade de apreendermos os sentidos e os nexos que esse processo influencia na contemporaneidade do tempo/espaço do século XXI [...]” e assim “o conteúdo do (novo) sujeito social do trabalho”, uma vez que é no espaço que assistimos empiricamente às mudanças decorridas (P.10).

Antunes e Alves (2004) analisaram as perspectivas subjacentes à reestruturação produtiva, nos anos 1990 e 2000, e apontaram, de um modo geral, algumas tendências que

se verificaram no mundo do trabalho relacionadas à sua nova estruturação. Em linhas gerais, como notifica os autores, as principais tendências são: a) a redução dos trabalhadores industriais com base na indústria taylorista/fordista em detrimento da expansão de formas mais desregulamentadas de trabalho; b) a emergência de um novo proletariado fabril e de serviços no âmbito da acumulação flexível com diversas formas de contratação de natureza instável e precarizada com destaque para a terceirização e subcontratação; c) o aumento significativo do trabalho feminino, ao passo que se acentuam as desigualdade dos direitos sociais e de trabalho entre os gêneros com visíveis prejuízos, ainda, para o universo feminino; d) crescente exclusão de jovens em idade de ingresso no mercado de trabalho e de trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, que, dificilmente, conseguem reingresso no mercado de trabalho; e) a emergência do trabalho voluntário e sem fim lucrativo exercido por aqueles que não logram retornar ao mercado de trabalho; f) expansão do setor de serviços, ao mesmo tempo em que este se reestrutura, internamente, em face das novas mudanças organizacionais, tecnológicas e de gestão; g) expansão do trabalho em domicílio, haja vista a desconcentração do processo produtivo e a emergência de novas formas de flexibilização, a exemplo da telemática; h) emergências de outras regiões industriais, dada a transnacionalização do capital e de seu sistema produtivo, tornando, assim, o mundo do trabalho cada vez mais transnacional. (ANTUNES e ALVES, 2004).

A mobilidade da força de trabalho, objetivo central de nossa análise, acreditamos estar relacionada com o último ponto, visto que, no decurso da reestruturação produtiva, relacionada à acumulação flexível, Antunes e Alves (2004) ensinam que “os trabalhadores mesclam a dimensão local, regional e nacional, com a esfera internacional”. (P. 341).

Desse modo, os deslocamentos humanos motivados pelo trabalho assumem cada vez maiores distâncias e características particulares na complexa divisão internacional do trabalho vinculado à mobilidade do capital expresso nas atividades produtivas na fase atual de acumulação capitalista. Isso nos concede a liberdade de assinalar que a mobilidade da força de trabalho segue o ritmo do fluxo do capital nos setores de atividades econômicas e no espaço geográfico, acompanhando seus desígnios pelas regiões que a demandam. A acumulação flexível exige cada vez mais um trabalhador móvel e que se adapte aos movimentos do capital. A mobilidade do trabalho, expressa na força de trabalho é assim,

ao nosso entender, um dos componentes marcantes da reestruturação produtiva na atualidade e nos confere pistas para compreendermos a produção do espaço no contexto da subsunção do trabalho ao capital, como nunca antes experimentado.

A mobilidade da força de trabalho figura, assim, como um dos principais motivos dos deslocamentos humanos sobre o Globo. O trabalho, como força produtiva, que transforma a natureza mediante a atividade/criatividade humana evoluiu quantitativa e qualitativamente ao longo da história, para dar suporte às diversas atividades econômicas desenvolvidas e relacionadas aos modos de produção em curso. Torna-se móvel na medida em que, o desenvolvimento técnico e científico muda seu conteúdo e natureza. A força de trabalho, na qualidade de expressão mercadológica, tem seu desenvolvimento no modo de produção capitalista, tornando-se a mercadoria mais rentável à acumulação. Com maior poder de mobilização facilitado pelo desenvolvimento dos transportes e comunicação, a força de trabalho demanda lugares que oferecem condições à sua reprodução, ultrapassando as barreiras local e regional e atingindo lugares cada mais distantes, como é o caso das grandes obras civis, a exemplo do CIPP que mobiliza elevados contingentes de trabalhadores na sua construção, embora bem menos para seu funcionamento.

Marx no *O Capital* (1985, p. 154) assegura que a força de trabalho é entendida como uma “mercadoria no capitalismo”. Gaudemar (1979, p. 189) completa, exprimindo que são complexas as condições concedentes à sua mobilidade. A força de trabalho é assim considerada a única mercadoria que pode chegar ao mercado por vontade própria, sendo este um atributo que lhe é intrínseco, divergindo de outras mercadorias. Gaudemar, assevera que

A força de trabalho é então definida sem equívocos, como a mercadoria que o homem possui ou ainda o conjunto de faculdade psíquicas, físicas e intelectuais que existe no corpo de um homem, na sua personalidade viva e que ele tem de pôr em movimento para produzir coisas úteis. (1979, p. 189).

Ainda consoante esse autor, no cotidiano da reprodução da vida, a mobilidade da força de trabalho refere-se à liberdade do trabalhador para vender sua força de trabalho quando e onde quiser, a quem ele tencionar e para os propósitos que lhe convêm. A mobilidade da força de trabalho é assim vista como um exercício de liberdade de sujeitar-se

ao capital e tornar-se uma mercadoria, como outra qualquer, cuja comercialização criará valor e produzirá, portanto, mais capital. Quer seja do ponto de vista positivo (liberdade) ou negativo (subsunção), a força de trabalho deve ser móvel e adaptar-se aos deslocamentos e modificações para seu emprego.

A circunstância da reestruturação do capital no contexto mundial provoca significativas mudanças no mundo do trabalho, relacionadas ao processo produtivo, bem como em sua organização geográfica. A mobilidade dos trabalhadores é condicionada pelos fluxos de capital sobre o espaço, que são cada vez mais dinâmicos na globalização econômica. Em nosso estudo, tentamos compreender a mobilidade da força de trabalho e seus rebatimentos no espaço, com a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, bem como seus desdobramentos na porção oeste da Região Metropolitana de Fortaleza, onde está localizado. Os vultosos capitais empregados para a construção do CIPP ocorrem desde investimentos subsidiados pelo Estado e empresas locais e nacionais, até investimentos internacionais na composição acionária das empresas.

No item a seguir, tratamos da implantação do CIPP na Região Metropolitana de Fortaleza, destacando, de forma panorâmica, os marcos de sua concepção, bem como os diversos eventos ocorridos ao longo de sua construção. O CIPP, nosso recorte sócioespacial, compreende o Porto do Pecém, as indústrias (em funcionamento e construídas) que possuem relação estreita com o Porto, os estabelecimentos de serviços associados às atividades ali desenvolvidas, bem como a infraestrutura necessária ao seu funcionamento. Trataremos, portanto, da força e, de modo mais específico, da mobilidade da força de trabalho em decorrência da implantação e funcionamento das indústrias.

O COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM E A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO: NOVOS CONTEÚDOS NA METROPOLIZAÇÃO NA PORÇÃO OESTE DA RMF

Em um período mais recente de acumulação capitalista no Ceará, consolida-se, na RMF, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, configurando-se como um grande empreendimento caracterizado pela integração entre o Porto do Pecém e indústrias de base, como a Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP, com funcionamento previsto para o ano de 2015 e uma refinaria da Petrobrás ainda em projeto, além de indústrias de produção de energia operando desde 2012.

A idealização de um complexo industrial/portuário no Ceará data ainda na década de 1960 (CARVALHO, 2002), mas somente nos anos 1990, com a criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional GTI-5 no governo de Tasso Jereissati (1995-1998), foi que esse projeto se tornou realidade. Sua efetivação teve início com a construção do porto do Pecém que entrou em operação em 2002, a rodovia principal CE-422 e a implantação das primeiras indústrias.

O CIPP está localizado na porção oeste da RMF e situa-se na interface de dois municípios - Caucaia e São Gonçalo do Amarante (Figura 01). O primeiro faz parte da RMF desde a época em que esta foi criada, juntamente com as primeiras regiões metropolitanas brasileiras, no ano de 1973. A inclusão desse município na RMF foi justificada pela relação que estabelecia com Fortaleza no âmbito das atividades comerciais facilitadas pelas vias de acesso (rodovia e ferrovia) que o ligam à área portuária de Fortaleza, bem como pela atratividade em relação ao trabalho e lazer exercida pela Metrópole. O Município de São Gonçalo do Amarante passou a compor a RMF em um período mais recente, quando a competência de criação das regiões metropolitanas ficou como atribuição dos estados brasileiros. A inclusão desse município na RMF, no ano de 1999, foi justificada pela implantação do CIPP em parte do seu território, não obstante, naquele momento, não se configurassem relações mais intensas com Fortaleza, no sentido daquelas que já ocorriam com Caucaia.

Figura 01 - Localização do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante – CE.



O CIPP foi idealizado no sentido de incorporar a função portuária e industrial por meio da implantação de indústrias mais dependentes de infraestrutura portuária, a exemplo da siderurgia e refinaria ao que se adiciona a construção de um porto moderno capaz de viabilizar fluxos de derivados de petróleo e produtos siderúrgicos. Em aditamento a essas funções, abriga a infraestrutura necessária para o movimento do porto e das indústrias desses dois grandes ramos citados, como rodovias, ferrovias, grandes canais de transposição hídrica, termelétricas, correias transportadoras - algumas delas implantadas recentemente, tendo em vista atender as necessidades de funcionamento do complexo. Como projeto estratégico de desenvolvimento, o CIPP visa a inserir o Ceará na economia mundializada.

A construção do porto e a implantação das indústrias têm promovem novas interações socioespaciais com a chegada de elevado contingente de trabalhadores, visto que provoca a dinamização de outros setores da economia urbana nos municípios onde está situado o complexo. Além disso, a implantação deste chama a atenção pela natureza e conteúdo da produção do espaço e pelos agentes (Estado, empresários e trabalhadores) envolvidos em sua consolidação e por envolver grande quantidade de investimentos de capital local, estadual e, sobretudo, internacional.

O complexo industrial encontra-se, ainda, em fase de consolidação com unidades fabris instaladas e em decurso de produção, a exemplo das termelétricas e outras em fase de implantação e algumas já previstas. São indústrias que demandaram e vão requerer, em sua instalação, grandes contingentes de mão de obra, como foi o caso das termelétricas que mobilizaram no pico das obras cerca de 6.500 trabalhadores, isto no ano de 2011. Também se inclui a siderúrgica, a qual abriga hoje mão de obra de cerca de 12.000 trabalhadores, atuando, sobretudo, nas obras de construção. Na tabela 01 acham-se discriminadas as indústrias e estabelecimentos de serviços em plano funcionamento no CIPP, sendo que a maioria está situada na porção pertencente ao Município de São Gonçalo do Amarante.

Tabela 01

Indústrias e empresas prestadoras de serviços implantadas e em funcionamento no CIPP - 2014

Município	Setor	Razão Social	Atividade	Empregos Diretos
Caucaia	Indústria	Central Geradora Termoelétrica Fortaleza S/A	Energia Elétrica	30
Caucaia	Indústria	Termo Ceará (Petrobrás)	Energia Elétrica	20
Caucaia	Indústria	Wobben Windpower Indústria e Comércio LTDA	Montagem de Aero geradores e componentes	503
Caucaia	Indústria	Companhia Sulamericana de Cerâmica	Fabricação de Material Sanitário de Cerâmica	sd*
Caucaia	Indústria	CEARAPI Apicultura e produtos orgânicos	Indústria de mel, carga e transbordo.	sd*
Caucaia	Serviços	Posto Rota do Sol LTDA	Abastecimento de Combustíveis	sd*
Caucaia	Serviços	Daniel Transportes	Depósito de mercadorias para terceiros e terminal de contêineres.	sd*
São G. do Amarante	Indústria	Jotadois NE LTDA	Pré-moldados de Concreto	206
São G. do Amarante	Indústria	Tortuga CIA Zootécnica Agrária	Suplementos e concentrados minerais para animais	490
São G. do Amarante	Indústria	Votorantim Cimentos N/NE S/A	Cimento e Argamassa	55
São G. do Amarante	Indústria	Companhia Industrial de Cimento Apodi	Cimento	160
São G. do Amarante	Indústria	Hydrostec Tecnologia e Equipamentos LTDA	Tubos de aço, carbono, estacas tubulares, equipamentos e peças mecânicas.	80
São G. do Amarante	Indústria	Energia Pecém Geração de Energia S/A	Energia Elétrica à base de Carvão Mineral	120
São G. do Amarante	Indústria	Pecém II Geração de Energia	Energia Elétrica à base de Carvão Mineral	100
São G. do Amarante	Indústria	Aeris Energia S/A	Pás de rotores para turbinas de geração de energia eólica	340
Total				2.104

Fonte: Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará - ADECE. Documento Pacto pelo Pecém (versão final / 2013) e informações obtidas em campo.

sd* : Sem dados.

Dentre as indústrias em plena operação, conforme tabela 01, destacam-se as Termelétricas Energia Pecém Geração de Energia e Pecém II Geração de Energia, ambas do grupo ENEVA (desde o dia 11/09/2013, a empresa MPX passou a se chamar ENEVA). A Energia Pecém é resultado de uma sociedade entre a empresa portuguesa Energias de Portugal – EDP e a alemã E.ON, que possuem metade das ações cada uma. Sua composição acionária inicial, todavia, era entre a portuguesa EDP e a brasileira ENEVA (antiga MPX), uma das empresas do grupo EBX, que pertencia ao empresário brasileiro Eike Batista. Já a termelétrica Pecém II tem como composição acionária as empresas E.ON e a ENEVA, cada uma com 50% dos capitais, embora no passado a ENEVA tinha detido integralmente a propriedade sobre as ações de empresa. Estas duas termelétricas possuem capacidade de gerar 1.080 MW com origem na queima do carvão mineral, principal matéria-prima utilizada na produção, sendo que a Energia Pecém é composta por duas usinas, cada uma com capacidade para gerar 360 MW, enquanto a Pecém II assume uma usina, com capacidade para produzir, também, 360 MW de energia elétrica.

Após o término da construção civil, a primeira das duas unidades da Energia Pecém recebeu autorização para seu funcionamento em dezembro de 2012², quando passou a operar com o mercado. A segunda unidade da referida empresa, inicia a fase de testes em fevereiro de 2013, e em maio desse mesmo ano, já trabalhava comercialmente. A termelétrica Pecém II começou a funcionar no mês de maio de 2013, embora, desde outubro de 2012, já estivesse em testes. Com o início da produção comercial, a expectativa foi de que as termelétricas produzissem um total de 1.080 MW, chegando bem próximo ao consumo mensal total do Ceará que é de 1.500 MW. Consoante, porém, informações dessa empresa, a meta foi atingida apenas em momentos em que o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, órgão federal responsável pelo controle e comercialização da energia elétrica das diversas matrizes energéticas do País, demandou sua capacidade máxima de produção. Essa demanda foi gerada em períodos nos quais a produção de energia com base na matriz hídrica foi objeto de decréscimo em virtude da escassez de

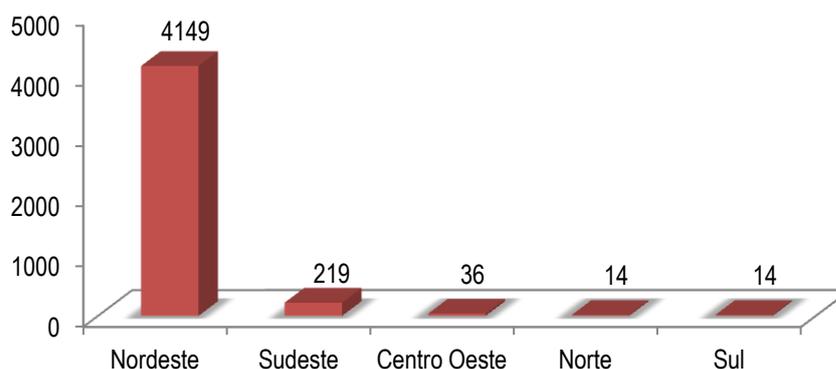
² Informações veiculadas no jornal “O Povo” de 03/12/2012, sendo acessada ao longo da pesquisa e disponíveis no link:<http://www.opovo.com.br/app/economia/2012/12/03/noticiaseconomia,2964923/usina-termeletrica-energia-pecem-inicia-operacao-no-ceara.shtml>.

chuvas nas regiões das nascentes dos rios, sendo a solicitação da produção de energia com base nas termelétricas utilizada para suprir essa carência.

Em relação à força de trabalho empregada ao longo da construção civil, a ENEVA, chegou a ocupar, de acordo com indicativos obtidos em trabalho de campo, cerca de 6.500 trabalhadores, em meados de 2011, com as obras de construção civil e montagem de equipamentos. Na pesquisa de campo, realizada em 2012, visitamos a ENESA, uma das empresas subcontratadas para a construção civil e montagem da parte elétrica da ENEVA. Essa empresa é atuante em todo o Brasil em grandes obras de Engenharia Civil e Elétrica, de iniciativa pública e privada, agindo principalmente, na construção e montagem técnica de termelétricas.

Para os trabalhos de construção civil das termelétricas Energia Pecém e Pecém II, a ENESA recrutou grande quantidade de trabalhadores de procedências diversas, no contexto das unidades federadas brasileiras. No final de 2012, esse contingente chegou a 4.432 trabalhadores. Se levarmos em conta a mão-de-obra conforme a região (Gráfico 01) percebemos o peso da região Nordeste na participação do emprego no Grupo ENEVA. Em segundo lugar, aparece a região Sudeste, logo após, a região Centro Oeste, seguida das regiões Norte e Sul, com número de trabalhadores equivalentes.

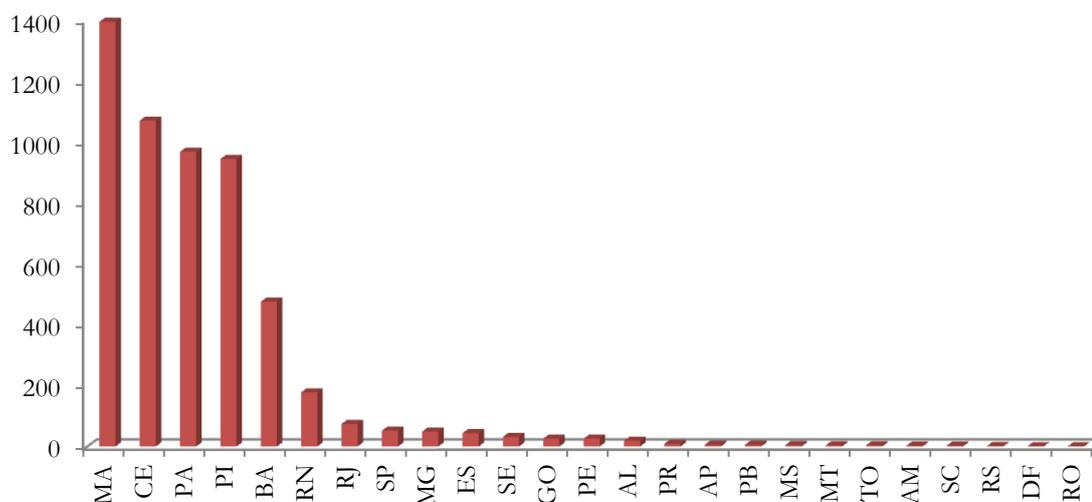
Gráfico 01 – Origem dos trabalhadores empregados nas Termelétricas do grupo ENEVA por estado da federação até dezembro de 2012.



Fonte: Dados fornecidos pela ENESA Engenharia LTDA.

No Nordeste do Brasil o estado mais representativo foi o Maranhão, seguido de perto pelo Ceará. Depois desses dois estados, seguem o Pará, Piauí e Bahia (Gráfico 2). Como se pode observar no referido gráfico, os trabalhadores recrutados pela ENEVA vieram de vários estados da Federação, cabendo maior peso às unidades federadas nordestinas, não necessariamente os mais próximos do Ceará, como Bahia e Maranhão chamando também nossa atenção o grande peso do Pará.

Gráfico 02 – Origem dos trabalhadores empregados nas termelétricas Do grupo ENEVA, segundo os estados brasileiros, em dezembro de 2012



Fonte: Dados fornecidos pela ENESA Engenharia LTDA.

De acordo com informações obtidas na empresa ENEVA em entrevista realizada com um de seus dirigentes, os trabalhadores mencionados preencheram postos de trabalhos que exigiam especializações diversas e grau de escolaridade variando da Educação Básica, Ensino Técnico e Superior. Ainda consoante a mesma fonte, as ocupações que exigiam baixa escolaridade, a exemplo de mestres de obras e serventes, eram preenchidas, em sua maioria, por trabalhadores locais, ou seja, oriundos dos Municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. As ocupações mais complexas, e, portanto, que exigiam formação técnica e superior, foram em geral preenchidas por trabalhadores provenientes da capital, Fortaleza, e de outras cidades de estados nordestinos, como Maranhão, Bahia e Piauí. Além dos trabalhadores brasileiros, havia também trabalhadores de outros países,

como Portugal, Itália e Alemanha, que foram os responsáveis pela montagem e operacionalização de equipamentos que exigiam um melhor nível de conhecimento, domínio técnico e experiência para o funcionamento de termelétricas a carvão.

Os brasileiros, em sua maioria, já haviam obtido experiência em obras semelhantes realizadas em outros estados, onde se qualificaram e obtiveram experiência antes de serem contratados como empregados no CIPP. Essa mão de obra, muitas vezes, não era encontrada no território dos municípios onde se instalou o Complexo. Desse modo, foi preciso recrutá-la a longas distâncias. No período de execução das obras das termelétricas, os trabalhadores vindos de outros estados e países passaram a viver em residências coletivas e alojamentos. Essas formas de moradia, em sua maioria, eram precárias e não ofereciam conforto básico. Os trabalhadores com melhores qualificações e salários passaram a viver em casas e apartamentos nas localidades de Icarai e Cumbuco, no Município de Caucaia, e no Distrito de Pecém, em São Gonçalo do Amarante. Essas são localidades turísticas com maior oferta de serviços, como estabelecimentos de hospedagem, alimentação, bancos e entretenimentos. Já os trabalhadores de menos qualificação e menores salários, bem como aqueles que preferiram economizar com a hospedagem, passaram a viver em alojamentos situados em locais com pouca ou quase nenhuma oferta de serviços, fato que causou uma série de manifestações e paralisações. As principais reivindicações dos trabalhadores foram a melhoria da qualidade dos alojamentos e aumento de salários. Em uma dessas manifestações, ocorrida em 2010, eles atearam fogo em três das oito alas de quartos que compunham o alojamento da empresa ENESA, num período em que havia cerca de 900 trabalhadores alojados em espaços precários e sem opção de entretenimento, além de estarem situados a uma relativa distância dos núcleos centrais das localidades e distritos.

Com o início da operação das termelétricas ENEVA em 2012, a quantidade de trabalhadores decresceu em quase 80%, mantendo-se apenas cerca de 220 trabalhadores ocupados nas tarefas de serviços de manutenção, produção, além do pessoal empregado em setores administrativos. O término da construção da ENEVA culminou com o início da construção da CSP, que demandou grande quantidade de trabalhadores, muitos dos quais vieram da ENEVA.

Na Tabela 02, estão discriminadas as indústrias em implantação no CIPP, com destaque para a Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP, que se encontra em fase final de

construção, sobressaindo-se entre as demais, com emprego de 11.555 trabalhadores. A CSP tem como acionistas a mineradora Vale³ (50% das ações) e as coreanas *Dongkuk* (25% das ações) e a *Posco* (25% das ações) e será a primeira siderúrgica integrada do Nordeste com a estimativa de fabricar três milhões de toneladas de placas de aço por ano em sua primeira fase e mais de três milhões em sua segunda fase de funcionamento (Dados fornecidos pela empresa).

³ A *Vale* é uma empresa brasileira que possui ações em várias bolsas de valores do Brasil, Estados Unidos, Europa e Japão. Foi criada no ano de 1942 no governo do Presidente Getúlio Vargas e privatizada no ano de 1997 no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. No ano de 2008, deixou de ser Companhia Vale do Rio Doce – CVRD e assumiu o nome Vale. Atualmente é gerida pelo Conselho de Administração *Valespar*, cuja constituição acionária é composta pela Litel/Litela (fundos de investimentos administrados pela Previ) com 49% das ações, Bradespar com 17,4%, Mitsui com 15%, BNDESpar com 9,5%, Elétron (Opportunity) com 0,03%. Fonte: Indústria do Aço no Brasil. Confederação Nacional da Indústria. Instituto Aço Brasil. Brasília: CNI, 2012.

Tabela 2
Indústrias e empresas de prestação de serviços em Implantação no CIPP - 2014

Município	Setor	Razão Social	Atividade	Empregos Diretos
Caucaia	Indústria	Petrobras Refinaria Premium II	Produção de Derivados de Petróleo	8.000
Caucaia	Indústria	Agro Energia do Nordeste S/A	Energia elétrica à base de gás natural	330
Caucaia	Indústria	Eternit S/A	Material de Construção	400
Caucaia	Indústria	Metalúrgica Hispano Ltda (sem protocolo)	Fabricação e montagem de estruturas metálicas para a aplicação em geral	sd
Caucaia	Indústria	Bom Cearense	Industrialização e Beneficiamento de produtos alimentícios	sd
Caucaia	Indústria	Siderúrgica Latino Americana - SILAT	Produção de laminados de aço	sd
Caucaia	Serviços	Ourofertil Nordeste LTDA	Armazém exclusivo para usos de fertilizantes, armazém de contêiner vazio, armazém de cargas a granel, centro de apoio para caminhões.	sd
Caucaia	Serviços	Expansão comércio de produtos químicos	Pólo de serviços, armazém de cargas gerais, armazém de contêiner, agenciamento de frete (carga de retorno) e estacionamento.	sd
Caucaia	Serviços	TERMACO	Terminal retroportuário de contêiner, carga em geral e granéis.	sd
Caucaia	Serviços	Terminal Retroportuário de Contêineres - TRC	Terminal de cargas	sd
Caucaia	Serviços	EMY Logística	Armazenagem e transporte de cargas e contêineres.	sd
São G. do Amarante	Indústria	Companhia Siderurgia do Pecém CSP	Siderurgia	11.555
São G. do Amarante	Indústria	Vale Pecém	Pelotização, sintetização e outros beneficiamentos do minério de ferro.	sd
São G. do Amarante	Indústria	Duramental S/A	Fabricação de peças para veículos automotores.	sd
São G. do Amarante	Indústria	Petróleo Brasileiro S/A Petrobrás/Lubitor	Indústria química	192
São G. do Amarante	Indústria	Fuhlander Energia Brasil LTDA	Metalmecânica	35
São G. do Amarante	Indústria	Mercompany South Atlantic Veiculos e Máquinas LTDA	Veículos automotores (tratores)	156
São G. do Amarante	Serviços	Fornecedoras Máquinas e Equipamentos.	Aluguel de máquinas e equipamentos, apoio em operações portuárias e industriais, transporte, movimentação e armazenagem de cargas em geral.	sd
Total				20.668

Fonte: Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará - ADECE. Documento Pacto pelo Pecém (versão final / 2013) e informações obtidas em campo.

sd* : Sem dados.

Desde a fase inicial até o término de sua construção, a estimativa da empresa é de que se realize num período de 44 meses de acordo com o cronograma de atividades, que, segundo os responsáveis pela sua construção, é passível de mudanças. A primeira fase de construção da CSP teve início no ano de 2010, com a aquisição das licenças ambientais expedidas pelo órgão de controle ambiental do Estado do Ceará. No ano de 2012, foram procedidas a preparação do terreno, a terraplanagem e o início da construção das obras civis, com a implantação das estacas para montagem das estruturas. No ano de 2013, seguiram-se as obras de construção civil e a implantação dos equipamentos necessários ao funcionamento dos vários setores da siderúrgica.

Neste ano (2014), as obras de construção civil da CSP continuam com a instalação dos vários setores e a montagem de equipamentos, a exemplo da termelétrica e do alto-forno, essenciais às operações do empreendimento. No ano de 2015, a previsão é que se inicie o trato comercial direto. Em relação aos equipamentos, a CSP, quando pronta, será composta por: coqueria, sinterizadora, altos-fornos, aciaria, lingotadoras, termelétrica, pátio de placas e equipamentos de controle ambiental. Os equipamentos para o funcionamento da siderúrgica chegaram, via porto do Pecém, de outros países, com destaque para a Coreia do Sul, país de origem das empresas acionistas.

A CSP foi instalada numa área de Zona de Processamento de Exportação – ZPE, cujo marco de sua institucionalização, no Ceará, foi a chegada da siderúrgica. A ZPE do Pecém é a primeira a entrar em funcionamento no Brasil, atuando com regulamentações fiscais e políticas diferenciadas em relação à comercialização do seu produto final. Uma delas é a prerrogativa de exportar 80% do que é produzido para o mercado externo, podendo variar de acordo com as políticas cambiais adotadas no momento das transações⁴. cremos que um dos maiores motivos da instalação da CSP no Ceará foi a possibilidade

⁴ Na legislação atual brasileira, as Zonas de Processamento de Exportação são encontradas na Constituição nas seguintes leis: Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.732/2008; Decreto nº 6.634, de 05 de novembro de 2008, que dispõe sobre o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE e suas competências; Decreto 6.814, de 06 de abril de 2009, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs e regulamenta a Lei 11.508/2007; Instrução Normativa RFB nº 952, de 02 de julho de 2009, que dispõe sobre a fiscalização, o despacho e o controle aduaneiros de bens em ZPEs. Para maiores esclarecimentos consultar o documento “Manual ZPE”, publicado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no ano de 2009 e disponível no link: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1284730310.PDF.

dessa empresa figurar numa ZPE, fato que lhe confere maior liberdade nos processos fiscais e políticos na comercialização de seu produto.

Em sua primeira fase de construção, a CSP mobilizou grande contingente de mão de obra, com cerca de 3.900 empregados, em 2011, divididos em pessoal contratado diretamente pela empresa e contratados terceirizados/subcontratados. Os trabalhadores mais demandados na primeira fase da implantação, composta pela terraplanagem, drenagem e construção civil, foram pedreiros, carpinteiros, montadores, montador de escoramento, soldadores, ajudantes, além de outros. Assim como nas termelétricas ENEVA, essa mão de obra foi originária dos diversos estados brasileiros e da Coreia do Sul, lugar de origem dos acionistas *Posco* e *Dongkuk*.

Os quadros mais qualificados demandados pela CSP dividem-se em gestores, supervisores, engenheiros, técnicos e pessoal administrativo sendo, que, em parte, esses cargos são ocupados por sul coreanos. Conforme destacado, a CSP emprega atualmente mais de 11.000 pessoas podendo chegar a oferecer emprego a 16.000 até o fim das obras de construção civil e montagem de equipamentos, de acordo com informações que nos foi transferida pelo seu representante. Destaca-se ainda, oferta que ela promove de capacitação básica para alguns cargos técnicos em virtude de sua insuficiência na RMF e municípios próximos. Conta ainda, porém, com trabalhadores cuja capacitação foi realizada nas instituições locais de ensino, como o Instituto Federal de Educação Tecnológica – IFET, Universidade Estadual do Ceará – UECE, Universidade Federal do Ceará – UFC e a Universidade de Fortaleza - UNIFOR.

De forma similar ao que ocorreu no caso da ENEVA, os trabalhadores da CSP, no decorrer da obra, passaram a viver em residências coletivas e alojamentos. Aqueles com melhor grau de estudos e maiores salários residem, principalmente, nas localidades de Cumbuco, Pecém e Fortaleza. Os lugares turísticos de Cumbuco e Pecém foram os escolhidos pelos estrangeiros, especialmente os sul coreanos. Os que vieram contratados por mais de dois anos trouxeram as famílias, estabelecendo maior interação com o lugar. Com isso, alguns estabelecimentos comerciais e de serviços tiveram que incorporar a comunicação em língua estrangeira, com destaque para o idioma coreano, expressados em cartazes, cardápios, nomes de estabelecimentos e nas demonstrações cotidianas, como forma de atrair a clientela. No caso dos trabalhadores com baixa especialização e salários inferiores, uma das opções foi o alojamento, muitas vezes precário e longe das

centralidades comerciais e de serviços. Essas condições de estada, associadas às reivindicações por melhores circunstâncias de salário e de sobrevivência culminaram em sucessivas greves.

No curso de sua implantação, o CIPP provoca transformações na porção oeste da Região Metropolitana de Fortaleza em decorrência da grande quantidade de trabalhadores e de suas demandas destes por serviços básicos de alimentação e hospedagem. Ao mesmo tempo, a chegada de mais trabalhadores provoca transformações urbanas rápidas e nem sempre acompanhadas de planejamento.

As sedes e núcleos urbanos dos Municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia protagonizam um grande fluxo de trabalhadores, que, além de buscarem os serviços básicos citados, demandam outras atividades, como saúde, comunicação, lazer, transações bancárias, esporte, serviços gerais para carros, entre outros. Além destes, destaca-se o aumento da demanda por produtos de alimentação, vestuário e materiais de construção, dentre outros, repercutindo no aquecimento do comércio local.

Outro rebatimento que se evidencia na porção oeste da RMF com a chegada do CIPP refere-se ao aumento do preço da terra, vislumbrado pela expansão do mercado imobiliário com a construção, blocos de apartamentos, condomínios, além de muitos loteamentos. Imagens impressas em anúncios publicitários destacam fotografias do porto do Pecém e das indústrias em edificação, afirmando aquela área como próspera para atrair compradores e investidores.

A produção do espaço metropolitano cearense numa fase mais recente, provocada pela expansão do CIPP, é assinalada por uma expansão urbana desordenada, sem que haja mecanismos de controle e organização por parte do Estado e dos municípios nas formas de uso do solo. Esse fato anuncia problemas, visto que o acesso à terra, nesses moldes, sucede de modo seletivo, favorecendo a segregação metropolitana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que o CIPP esteja ainda em decurso de consolidação, com as principais indústrias em fase de implantação e o porto em funcionamento - porém ainda não totalmente integrado às indústrias - uma grande quantidade de mão de obra com diversas qualificações foi e continua sendo mobilizada. Esses trabalhadores são oriundos de todas as

regiões do País, sendo que a sua maioria procede da região Nordeste. O CIPP também conta com trabalhadores de outros países, como Portugal e Alemanha, acionistas da ENEVA e da Coreia do Sul, acionistas da CSP, responsáveis pela sua implantação civil e técnica.

A mobilidade da força de trabalho, com origem na implantação do CIPP, que ora acontece, é um dos componentes mais importantes para se compreender a produção do espaço metropolitano e seus conteúdos no Ceará, uma vez que ocasiona uma série de mudanças de natureza quantitativa e, sobretudo, qualitativa, demandando a apreensão de sua natureza e complexidade no fenômeno de metropolização cearense. A mobilidade, assim, não pode ser dividida apenas como o simples deslocamento cotidiano pendular ou somente com feição migratória. É necessário aprender as contradições decorrentes da acumulação capitalista no atual momento da globalização e suas reflexões no movimento desigual e combinado na produção do espaço.

A mobilidade da força de trabalho é também importante componente para se compreender a Geografia do Trabalho, porquanto o trabalhador tende a acompanhar o movimento do capital no espaço, bem como as mudanças decorrentes de sua complexa divisão territorial e maior fluidez. Desse modo, a precarização do trabalho experimenta um decurso de naturalização, subsidiada por maior subsunção do trabalho ao capital, como jamais foi visto. A mobilidade do trabalhador parece ser uma característica mais recente e intrínseca ao mundo laboral na contextura da acumulação flexível, pois o desenvolvimento técnico, científico e informacional, eventos marcantes da fase atual da globalização, intensificou os fluxos de pessoas, mercadorias e capitais sobre o espaço, facilitadas pela expansão dos transportes e das comunicações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. *Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo, Boitempo, 2009.

_____. *O Continente do labor*. São Paulo. SP: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni *As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Revista Educação Sociologia. Campinas, volume 25, n. 87, 2004.

Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. *Cenário Atual do Complexo Industrial e Portuário do Pecém*. Conselhos de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos. Eudoro de Walter Santana (Coordenador) - Fortaleza, INESP, 2013. 328p.

CARVALHO, Rejany Vasconcelos Accioly. Vígílio, Adauto e César Cals: a política como arte de chefia *in Era Jereissati: Modernidade e Mito*. PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (organizadores). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (des) fordizando a fábrica, um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo, 1999.

GAUDEMAR, J. P. de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

HARVEY, David. *Condição Pós Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Informações Oficiais, 2010.

IPECE - Instituto de Pesquisas e Estratégias Econômicas do Ceará. *Perfil Básico Municipal de Caucaia e São Gonçalo do Amarante*. Secretaria de Planejamento e Gestão do Ceará, 2013.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. 2ª edição. Coleção os economistas – São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *O capital. Capítulo IV inédito*. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução: Paulo Cezar e Sergio Lessa. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. *Revista Geosul*, Florianópolis, v. 19, n. 37, p 7-26, jan./jun. 2004.